



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA,
SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)**

RELAÇÕES INTERNACIONAIS E INTEGRAÇÃO

**A ADOÇÃO DO CONSENSO DE WASHINGTON POR CARLOS MENEM
EM PERSPECTIVA COM O REALISMO PERIFÉRICO**

LORENA GOMES GONZAGA DA COSTA

Foz do Iguaçu
2022

**A ADOÇÃO DO CONSENSO DE WASHINGTON POR CARLOS MENEM
EM PERSPECTIVA COM O REALISMO PERIFÉRICO**

LORENA GOMES GONZAGA DA COSTA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais e Integração.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Karen dos Santos Honorio

Foz do Iguaçu
2022

LORENA GOMES GONZAGA DA COSTA

**A ADOÇÃO DO CONSENSO DE WASHINGTON POR CARLOS MENEM
EM PERSPECTIVA COM O REALISMO PERIFÉRICO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais e Integração.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof^a. Dr^a. Karen Dos Santos Honorio
(Docente do curso de Relações Internacionais e Integração - UNILA)

Prof. Dr. Lucas Ribeiro Mesquita
(Docente do curso de Relações Internacionais e Integração - UNILA)

Prof. Dr. Felipe Cordeiro De Almeida
(Docente do curso de Relações Internacionais e Integração - UNILA)

Foz do Iguaçu, 19 de dezembro de 2022

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a minha fé por ser minha base de apoio durante toda minha graduação, pois acredito que sem ela eu teria ido embora no primeiro semestre. De tantos altos e baixos que esses cinco anos me deu, sem a minha fé nenhum deles seriam possíveis de terem acontecido.

Em segundo lugar agradeço a minha família por ter me apoiado em todos esses anos, por terem me apoiado para que eu pudesse me dedicar quatro anos da minha vida focando na minha educação. Agradeço por me ensinarem a valorizar o acesso ao ensino que tive e reconhecer a grandiosidade disso. Agradeço aos meus amigos começando pela Jéssica, se não fosse ela eu não teria nem me arriscado a vir. Agradeço ao Diogo, Fernanda, Juliana, Luiza e Pedro pela amizade que fez o curso se manter leve.

Também agradeço imensamente a professora Karen por me orientar neste trabalho. Agradeço a todos os professores que tive aula, que me proporcionaram aulas incríveis, e agradeço a aqueles que não foi possível ter aula, mas que em conjunto compõem esse curso maravilhoso. E, por último, porém extremamente importante, eu agradeço a UNILA por oferecer o melhor curso de Relações Internacionais, com foco na Integração, do país!

*Uma economia que diz que precisa
primeiro estabilizar, depois crescer e depois distribuir
é uma falácia.*

Nem estabiliza, cresce aos solavancos e não distribui.

Maria da Conceição Tavares

RESUMO

Este trabalho tem o objetivo agregar nos estudos de política externa da Argentina, compreendendo as políticas adquiridas por Carlos Menem durante seu mandato de presidente da Argentina (1989-1999), com foco em sua política externa caracterizada por Carlos Escudé pela Teoria do Realismo Periférico. Para isso, este estudo contextualiza os acontecimentos políticos e econômicos desde o retorno peronista (1973-1976), os governos militares (1973-1983) e o governo de Raúl Alfonsín (1983-1989), para então analisar o governo de Menem. O intuito deste trabalho é entender o alinhamento com os Estados Unidos da América, a prescrição das políticas do Consenso de Washington e seus impactos na sociedade argentina. A esta pesquisa utiliza da abordagem qualitativa e quantitativa e do método fenomenológico e, a partir disso, conclui que Menem ao governar a Argentina contava com apenas dois objetivos principais: equilíbrio econômico e restabelecimento da imagem internacional.

Palavras-chave: Argentina; Realismo Periférico; Carlos Menem; Consenso de Washington.

RESUMEN

Este trabajo pretende sumar a los estudios de política exterior en Argentina, incluyendo las políticas adquiridas por Carlos Menem durante su mandato como presidente de Argentina (1989-1999), centrándose en su política exterior caracterizada por Carlos Escudé por la Teoría del Realismo Periférico. Para ello, este estudio contextualiza los acontecimientos políticos y económicos desde el retorno del peronismo (1973-1976), los gobiernos militares (1973-1983) y el gobierno de Raúl Alfonsín (1983-1989), para luego analizar el gobierno de Menem. El propósito de este trabajo es comprender el alineamiento con los Estados Unidos de América, la prescripción de las políticas del Consenso de Washington y sus impactos en la sociedad argentina. Esta investigación utiliza un enfoque cualitativo y cuantitativo y el método fenomenológico y, a partir de esto, concluye que Menem, al gobernar Argentina, tenía sólo dos objetivos principales: el equilibrio económico y la restauración de la imagen internacional.

Palabras clave: Argentina; Realismo Periférico; Carlos Menem; Consenso de Washington.

ABSTRACT

This work aims to add to the studies of foreign policy of Argentina, including the policies adopted by Carlos Menem during his government as Argentina president (1989-1999), focusing on his foreign policy characterized by Carlos Escudé by the Theory of Peripheral Realism. For this, this study contextualizes the political and economic events since the Peronist return (1973-1976), the military governments (1973-1983) and the government of Raúl Alfonsín (1983-1989), to then analyze the government of Menem. The purpose of this work is to understand the alignment with the United States of America, the prescription of the Washington Consensus policies and their impacts on Argentine society. This research uses a qualitative and quantitative approach and the phenomenological method and, from this, concludes that Menem, when governing Argentina, had only two main objectives: economic balance and restoration of the international image.

Key words: Argentina; Peripheral Realism; Carlos Menem; Washington Consensus.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Taxa do PIB da Argentina (1990-2000)	42
Gráfico 2 – Indicador de pobreza (1990-2000)	43
Gráfico 3 – Taxa de desemprego (1990-2000)	44
Gráfico 4 – População abaixo da linha da pobreza (1990-2000)	45
Gráfico 5 – Coeficiente de Gini da Argentina (1991-2000)	45

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Descrição das políticas a serem seguidas pelo Consenso de Washington	31
Tabela 2 – Privatizações concluídas até 31-12-1999	39

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 CONTEXTO POLÍTICO E ECONÔMICO	15
2.1 RETORNO PERONISTA E GOVERNO MILITAR.....	15
2.2 GOVERNO DE RAÚL ALFONSÍN	25
3 GOVERNO DE CARLOS MENEM E O REALISMO PERIFÉRICO DE CARLOS ESCUDÉ	30
3.2 O REALISMO PERIFÉRICO DE ESCUDÉ NO GOVERNO DE MENEM E SUAS CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS	33
3.2.1 REFORMAS ECONOMICAS	36
3.2.2 PRIVATIZAÇÕES E SEUS IMPACTOS SOCIAIS	38
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	49

1 INTRODUÇÃO

A Argentina é um país do cone sul latino americano, que, assim como toda América Latina, durante o século XX foi alvo de fortes influências externas no seu cenário interno. Em razão desses acontecimentos, a economia argentina hoje passa por instabilidades econômicas que colocam o país em saias justas, as consequências de políticas públicas aplicadas no final do século passado podem ajudar a responder as a posição atual do país.

A Argentina aderiu o modelo de substituições de importações cepalino, já que Raúl Prebisch, destacado intelectual da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe, era o presidente do Banco Central argentino. As políticas econômicas progressistas da CEPAL (1950) visavam que o Estado deveria ser um mediador econômico para atingir o equilíbrio de mercado através do desenvolvimento econômico e social.

Entretanto, devido às deficiências de redistribuição do progresso técnico internas dos países, houve um crescimento centralizado que não foram resistentes à crise do petróleo. Como país produtor de petróleo, a crise atingiu a Argentina de maneira mais direta, fragilizando uma economia que era promissora. Como a crise se intensificou na década de 1980, acarretando em uma dívida externa estrondosa que resultou na fuga de capitais e colocou o país em uma situação extremamente frágil.

Como em todo o período de crise o país tinha adotado o conselho econômico cepalino, períodos de crise e baixo crescimento econômico ficou associado com o modelo econômico protecionista equilibrado pelo Estado, mesmo que os fatores originários das crises fossem outros. Além disso, o fim da União Soviética em 1989 tornou o mundo unipolar com a proposta de globalização neoliberal.

Junto a esse cenário, a Argentina que estava em uma situação vulnerável se alinhou com as políticas estadunidenses para que melhorasse sua imagem no cenário internacional, já que em seu passado recente havia iniciado conflitos com o Reino Unido por conta das Ilhas das Malvinas, conflito de Beagle com o Chile e posições anti EUA nos fóruns internacionais.

O comportamento dos países no cenário internacional, as relações com os demais Estados, as posições sobre determinados temas chaves para a cooperação geral, influenciam, mesmo que indiretamente, no contexto interno de cada país. Posto isso, este trabalho faz um paralelo entre a política externa argentina e coloca seus impactos no contexto econômico interno para analisar seus impactos do período do retorno peronista (1974) até o fim do governo de Carlos Menem (1989).

Durante esse período, a Argentina passou por diferentes estilos de política externa, sendo anti-imperialista no governo da ditadura militar, passando por uma abertura gradual com posições ainda controversas durante o governo de Alfonsín até atingir um alinhamento estreito no governo de Menem. Em todos esses anos o país passou por instabilidades econômicas e sempre buscou por políticas de equilíbrio.

O problema econômico argentino possui raízes profundas, as quais suas origens antecedem o recorte de tempo deste trabalho, entretanto é interessante analisar as decisões tomadas e seus impactos. Entender o passado, suas políticas internas e externas e poder criticá-las, aumentam as chances de políticas futuras mais assertivas, portanto este trabalho visa agregar nos estudos sobre política externa e seus impactos na política econômica interna.

O foco desta pesquisa é estudar os impactos da política externa adotada por Carlos Menem cujo fundamento e inspiração foi a Teoria do Realismo Periférico apresentada por Carlos Escudé. De modo introdutório, esta teoria coloca que devido a fragilidade da Argentina nas décadas de setenta e oitenta, no cenário internacional sua presença era de figurante. Então, para recuperar a relevância de outrora, deveria estreitar o alinhamento com o ator hegemônico (EUA) tal como as “relações carnis”.

Em razão disso, Menem apostou todas suas fichas em melhorar o país aderindo políticas econômicas neoliberais impostas pelo Consenso de Washington e financiadas pelo FMI. O resultado dessas tomadas de decisão a curto prazo pareceram positivas, devido a rápida recuperação do crescimento econômico, entretanto os impactos sociais foram negativos devido ao aumento do subemprego, desemprego e pobreza. A longo prazo, os planos neoliberais foram desastrosos, devido à desindustrialização do país e à estagnação que se mantém ainda hoje.

Dessa forma, o trabalho tem como finalidade aprofundar-se na política externa dos governos de Carlos Menem e em paralelo seus impactos econômicos, portanto essa é uma pesquisa que descreve como se deram certos acontecimentos e através do método qualitativo e quantitativo analisa os dados socioeconômicos para a conclusão do estudo. A estrutura desta pesquisa leva além deste capítulo introdutório e a conclusão, três outros capítulos.

No primeiro capítulo, que contextualiza a história política da Argentina, a partir do retorno do peronismo com a eleição de Juan Domingo Perón em 1973, seu falecimento, eleição de Isabel Perón e seu impeachment, são abordados os principais acontecimentos da ditadura militar que foi até 1983. Este primeiro capítulo é a contextualização do período anterior à chegada ao poder do governo de Alfonsín.

O segundo capítulo trata do governo de Raúl Alfonsín e como ele foi intermediário entre o período dos governos militares e o Governo de Menem. Neste capítulo contextualizamos o cenário bipolar internacional com política externa adotada pelo marco do governo democrático pós-ditadura na Argentina. O terceiro capítulo versa sobre o governo de Carlos Menem, é apresentado a política externa, a política econômica neoliberal e as privatizações, que ganham destaque neste governo, e seus impactos.

O último capítulo relaciona o Governo de Carlos Menem com o Realismo Periférico de Carlos Escudé. Para isso é apresentada a teoria de Escudé e em paralelo os acontecimentos que levaram a esse estilo de política externa. Neste capítulo também é colocado os impactos sociais que o alinhamento promoveu por meio do Consenso de Washington e das políticas econômicas neoliberais.

Assim, nas considerações finais é colocado de maneira resumida como se desenvolveu todo o contexto do porque Carlos Menem se aproximou dos EUA. Era bastante propício essa tomada de decisão na época, principalmente pela conjuntura da época que dava início a um cenário internacional unipolar que propagava a ideia da globalização.

2 CONTEXTO POLÍTICO E ECONÔMICO (1973-1989)

2.1 RETORNO PERONISTA E GOVERNO MILITAR

A era peronista retornou durante três anos, de 1973 a 1976, com uma apoio heterogêneo que reunia grupos aparentemente contraditórios. Juan Domingo Perón, presidente da Argentina, tinha um eleitorado diversificado que contava desde as províncias mais pobres e menos sindicalizadas do interior até as classes médias e altas, por isso desempenhou um reconhecido papel mediador, tanto que seus companheiros oscilavam entre a direita e à esquerda (TELLA, 2017).

O plano político de José Ber Gelbard, ministro da economia em 1973, era idêntico ao de Miguel Miranda - primeiro ministro da economia da primeira era peronista (1946-1948). Já as políticas econômicas de Alfredo Gomez Meirelles, após a demissão de Gelbard em setembro de 1974, foram semelhantes às políticas de 1949 a 1952 (CAVALLO, RUNDE, 2020).

Em suma, os planos de Gelbard e de Miranda se basearam em um aumento dos salários nominais ao mesmo tempo que fixaram o câmbio, congelaram o preço dos serviços públicos e controlaram a maioria dos preços de serviços prestados pelo setor privado. Além disso, aumentaram os gastos públicos e os déficits fiscais (CAVALLO, RUNDE, 2020).

De início, continuar com o mesmo plano econômico fazia sentido, pois os termos de intercâmbio eram favoráveis para a Argentina em 1973 da mesma maneira que esteve em 1946, esta pela alta demanda de produtos agrícolas pós guerra e aquela pelo boom dos commodities, pela baixa do dólar e pelo primeiro choque petrolífero. Contudo, em 1976 os termos de intercâmbio se tornaram prejudiciais (CAVALLO, RUNDE, 2020).

La expansión monetaria financió una alta proporción del déficit. El gasto público, un 22% del PBI en 1972, ascendió a 25% en 1973, 28% en 1974 y 30% en 1975. El déficit fiscal se duplicó en 1973, comparado con 1972 y se duplicó nuevamente en 1975 en comparación con 1974. En su pico, el déficit fiscal representó el 16% del PBI, cifra récord para la Argentina hasta entonces (CAVALLO, RUNDE, 2020, p. 178).

O plano de Gelbard - Ministro da Economia (1973–1974) - implicava em imposto nas exportações e um grau de protecionismo nas importações. Também nacionalizou

várias empresas e controlou os preços delas por cerca de um ano e meio, o mesmo aconteceu com o câmbio. No primeiro governo de Perón e o governo militar após dele, conseguiram controlar a inflação dos governos anteriores dentro de uma década e, agora, em 1974 já não era possível segurá-la (TELLA, 2017).

Assim, em 1975 Clandestino Rodrigo, amigo de José López Rega e assessorado por economistas liberais, assumiu a gestão do Ministério da Economia após a renúncia de Gómez Morales (CAVALLO, RUNDE, 2020). O processo que ficou conhecido como “Rodrigazzo” devorou as economias, causando descontentamento na população a ponto do ministro renunciar de seu cargo (TELLA, 2017).

Rodrigo propôs um programa de austeridade que incidiu principalmente sobre o setor assalariado, essas medidas resultaram numa rebelião sindical liderada pelo veterano dirigente da União Operária Metalúrgica, Lorenzo Miguel. A rebelião repreendeu as ideias de Rodrigo que teve que ceder aos pedidos de aumento em cada agremiação, o que gerou uma aumento estrondoso na inflação, cerca de 300%, tornando a maior da Argentina até aquele momento (TELLA, 2020).

A inflação foi controlada em 1973 e até o primeiro semestre de 1974, após julho do mesmo ano a inflação desandou e se manteve alta em 1975 como consequência do “Rodrigazzo”. Nesse período a inflação foi de 263% anual, saltando para 1017% anual no terceiro semestre de 1975. O congelamento dos gastos e salários aumentou o PIB per capita em 1973 e 1974, porém em 1975 e em 1976 o PIB teve valores negativos (CAVALLO, RUNDE, 2020).

Com a morte de Perón em 1974, Maria Estela Martínez de Perón vice-presidente e também esposa de Perón, ocupou o cargo de presidente do país. Contudo, em 1976, Maria Perón foi deposta do cargo de presidente da Argentina pelos militares com a justificativa, que viera ser o nome do qual ficou conhecido o movimento, a necessidade de um Processo de Reorganização Nacional.

O governo iniciado em 1976 relembra a época da Revolução Argentina¹ no sentido de autodeterminação do Processo de Reorganização Nacional, porém com um alto descrédito popular que agora atingia até o peronismo (TELLA, 2017). O presidente

¹ Revolução Argentina é a autodenominação da ditadura militar que se instaurou na Argentina, após o golpe de Estado de 28 de junho de 1966,

indicado pelos militares foi o general Jorge Rafael Videla, que teria mandato de cinco anos.

Diferente do que aconteceu na Revolução Argentina, o regime foi predominantemente militar com seus funcionários, governantes e ministros, exceto na economia, que foi liderada por José Alfredo Martínez de Hoz. O grupo militar fundamenta suas políticas com base nos dilemas sociais e a proposta foi de abrir a economia à competição internacional, diminuir a repressão e enfraquecer os grêmios através da pluralidade sindical e do desemprego (TELLA, 2017).

A política externa do governo militar, que tinha o lema chamado “Processo de Reorganização Nacional” e foi caracterizado pela implementação de políticas econômicas de corte monetarista - o que levou a uma modificação drástica da estrutura social argentina em detrimento das classes menos favorecidas e das camadas médias da sociedade, beneficiando, por outro lado, o capital financeiro internacional e as corporações transnacionais - tinha um lado sombrio.

Para sustentar este modelo, houve uma forte repressão: à "subversão" foi declarada o inimigo público número um do regime e os que dela participaram de qualquer movimento social, grupo ou grupo guerrilheiro foram, na sua grande maioria, assassinados. Dessa forma, o terrorismo de Estado passou a ser o meio pelo qual se mantinha a “ordem”, requisito considerado fundamental pelo alto comando das Forças Armadas para o alcance do desenvolvimento nacional (BERJ, GOMÉZ, 2010).

Portanto a Argentina descaradamente não seguia as políticas de Direitos Humanos, pois de milhares de argentinos que foram sequestrados, torturados e assassinados em centros de detenção clandestinos em todo o país, foi adicionado o sequestro dessas crianças nascidas em cativeiro, que foram entregues ou vendidas a famílias que não eram suas (TELLA, 2017).

O ministro da economia do governo militar, Martínez de Hoz, se assemelhava com a reforma política de Prebisch 1955, Alsogaray 1959 e Krieger Vasena 1967, porém de uma maneira adaptada aos desequilíbrios da realidade argentina. A proposta buscava evitar a diminuição dos investimentos públicos, o desemprego e a deterioração dos salários reais para preservar o equilíbrio (CAVALLO, RUNDE, 2020).

Martinez de Hoz tinha apoio dos empresários e da classe média do país. Havia uma consideração que o terrorismo de Estado era necessário para evitar uma alternativa revolucionária. A nova política econômica se baseava no aumento da rentabilidade das empresas, para isso precisavam de condições adequadas, então foi reprimido imediatamente as atividades sindicais, que em tempos de alta inflação (46% em 1976) provocou uma forte redução do salário real (TELLA, 2010).

Sobre a base de um número índice 100 para 1974, o salário real, que já havia baixado um pouco em 1975, desabou a um valor de 63 em 1976. A porcentagem da entrada nacional que correspondia aos assalariados, de 49% em 1975, baixou a 32% no ano seguinte e permaneceria em valores parecidos até o fim do regime (TELLA, 2017, p. 375)

Contudo, apesar de todas práticas tomadas, a inflação não foi mais controlada, mesmo que ao final de 1976 o percentual havia diminuído para a média de 6%, o ano de 1977 somou uma inflação anual de 150%. O interesse pelo congresso nacional foi um dos motivos para o aumento da inflação, os interessados pelo setor eram grupos fortemente organizados em condições nas quais o governo não tinha poder o suficiente para reprimir (TELLA, 2017).

A relação do governo militar com os EUA se alinharam através da política economia, dando um salto definitivo: as tarifas de exportação foram baixadas e o mercado da Argentina foi aberto a todos os capitais estrangeiros dispostos a investir em condições amplamente favoráveis, por não apenas a um dólar alto, mas também a leis que buscavam a instalação de grupos financeiros estrangeiros na Argentina (BERJ, GOMÉZ, 2010).

Em 1977 Hoz fez uma reforma financeira, antes o Banco Central apenas recebia depósitos pela parte regulamentada do mercado, após a reforma o Banco Central começou a receber também a parte não regulamentada do mercado que viera crescendo nos últimos anos. Isso permitiu que os bancos emitissem pagamentos com altas taxas de juros para forçar uma liquidez, mas esse comportamento irresponsável resultou no reembolso pelo Banco Central (CAVALLO, RUNDE, 2020).

Entretanto o terrorismo de Estado colocou o país em um ambiente internacional muito complicado, tanto que as relações com os EUA foram conturbadas e com o governo Carter, sobretudo, os objetivos básicos do governo militar foram ameaçados, pois

condenava as violações dos Direitos Humanos que ocorriam em nosso país (BERJ, GOMÉZ, 2010).

Ainda em 1977 a Argentina e o Chile conflitam pelo canal de Beagle que, desde 1888 causavam discórdia entre os países devido ao Tratado de Três Limites². Em 1971 concordou-se em submeter o conflito à decisão de um Tribunal Arbitral, que proferiu sua sentença em 1977, conhecida justamente como Sentença Arbitral de 1977. Foi o início do problema que esteve muito próximo de nos levar a uma guerra com o Chile, desde que o governo militar rejeitou a decisão, chamando-a de "irremediavelmente nula" (BERJ, GOMÉZ, 2010).

Em paralelo a isso, no contexto econômico, os anos de recessão na Argentina, reduziram as taxas de juros, desencorajaram a poupança e a direcionaram para a intermediação financeira formal. A observação do governo de Martinez de Hoz foi perspicaz ao identificar as taxas de juros negativas como uma influência direta na inflação e como principal determinante da má alocação dos recursos econômicos (CAVALLO, RUNDE, 2020).

Fazer com que as taxas de juros positivas superassem as taxas de juros negativas foi uma tarefa árdua, tanto que quatro anos depois das políticas de combate à inflação, desregulamentação das taxas de juros e promovendo a intermediação financeira da poupança, ocorreu uma crise financeira que resultou em taxas de inflação quase tão altas quanto as que se seguiram ao Rodrigazo de 1975 (CAVALLO, RUNDE, 2020).

Reforma dos tributos de importação que aconteceu em 1977 pelo governo militar não foi efetiva na proteção das empresas nacionais, pois não alterou o valor dos produtos nacionais quando comparados com as importações. Como consequência, houve uma queda nos termos de intercâmbio, porém logo houve uma retomada, devido a valorização do peso em 1978. Contudo, depois de 1978 os termos de intercâmbio voltaram a desvalorizar devido às exportações agrícolas (CAVALLO, RUNDE, 2020).

O ano de 1978 não foi muito diferente do ano de 1977, exceto que a taxa de juros real sobre o setor da agricultura aumentou significativamente, já que sua taxa de desvalorização baixou de maneira mais lenta, o que desacelerou a inflação dos produtos

² Em 23 de julho de 1881, foi assinado um tratado de fronteira entre as duas repúblicas, em vigor até hoje. Este tratado estabelece completamente o limite entre os dois países, dividindo a fronteira em três partes.

agrícolas. Já em 1979 houve um massivo investimento externo com a nova política econômica, quando o governo lançou a “tablita” (CAVALLO, RUNDE, 2020).

Na luta para controlar a inflação, a política econômica contou com dois alicerces centrais: (a) manutenção de uma alta taxa de juros para empréstimos e depósitos em peso e, (b) a fixação de um valor pré definido e relativamente para o dólar, que levou o nome de “tablita”. A tabelinha fazia com que não importasse a inflação, ao converter pesos em dólares os investidores recebiam seus dólares iniciais. (TELLA, 2017).

O motivo das taxas de juros serem altas era devido ao “risco argentino”, que se dava pela falta de credibilidade que os bancos tinham com os empresários. Ainda que um poupador investisse na tabelinha, havia o risco do governo anular sua validade e o peso desvalorizar, fazendo com que o poupador perdesse dinheiro (TELLA, 2017).

Também, muitos operadores econômicos e trabalhadores sindicalizados indexavam suas vendas, ou seja, pairavam suas vendas com o valor da inflação. Assim, os juros indexados significavam cada vez mais dólares sempre que o dólar aumentava num valor maior que a inflação. O resultado disso foi que a Argentina se tornou o país com o custo de vida, medido em dólares, mais alto do mundo (TELLA, 2017).

Nesse contexto só era possível exportar carnes ou cereais, o que gerou uma grave desindustrialização, a conversão de operários por conta especializados para trabalhadores por conta própria, aumento da criminalidade e da miséria nos bairros mais pobres do país. Esse sistema era inviável a longo prazo, mas a curto prazo o país aumentava suas reservas de dólar, as quais o governo vendia a valores baratos e inoperantes, marcado pela tabelinha (TELLA, 2017).

Em 1980, em contrapartida com os altos níveis das taxas de juros, principalmente na agricultura, o déficit em conta corrente aumentou e os fluxos de capitais diminuíram, enquanto as taxas de juros nos Estados Unidos subiram devido ao plano de estabilização de Paul Volcker (CAVALLO, RUNDE, 2020).

A dívida externa passou de 13 bilhões de dólares no fim de 1978 a quase 10 bilhões até março de 1981. Obviamente, o ministro sabia que isto estava acontecendo, mas acreditava que isso poderia ser reversível, ele acreditava que com as condições de segurança da tablita eliminaria o transtorno, disciplinaria a força de trabalho e atrairia o investimento genuíno (TELLA, 2017).

Em 1981, a crise já ocupava quase todos os setores da economia, então Hoz anuncia a desvalorização do peso em 10%, assim as taxas de juros dispararam e muitos bancos se tornaram insolventes. Além disso, com a transferência de governo de Videla a Viola e a crise econômica do país, Hoz renunciou do cargo de ministro da economia (CAVALLO, RUNDE, 2020).

As forças armadas tinham sentimentos de animosidade pelo programa econômico de Martinez de Hoz, pois preferiam maior defesa nacional, principalmente empresas diretamente ligadas à fabricação de armamentos. Ainda o nacionalismo levava os militares a se oporem às privatizações de serviços públicos e de energia, desse modo o governo praticamente não avançava (TELLA, 2017).

Em 1980 a Argentina apoiou o golpe de estado do general Luis García Meza na Bolívia, governo que ficaria marcado pelo grau de violência elevado e pelo número de violações dos direitos humanos e civis que a referida ditadura iria perpetrar. Este foi mais um dos acontecimentos que levaram a Argentina a enfrentar a potência norte-americana (BERJ, GOMÉZ, 2010).

No governo de Roberto Eduardo Viola em 1981, iniciou-se a tentativa de abertura e os principais ministérios foram distribuídos entre personalidades civis ligadas a grupos econômicos. Também, embaixadores de partidos ou setores políticos que mantinham uma atitude de expectativa ante as promessas de liberalização e progressiva democratização, foram nomeados (TELLA, 2017).

Quando Viola assumiu houve mudanças no que diz respeito às relações com os Estados Unidos, destaca-se a mudança após a posse do presidente Reagan em 1981, especialmente no que se refere à política de Direitos Humanos. A gestão do sucessor não estaria voltada para o respeito aos Direitos Humanos, mas sim no combate à subversão esquerdista do mundo em geral (BERJ, GOMÉZ, 2010).

La estructuración de la política exterior de nuestro país fue realizada hacia el sistema internacional, pero direccionada hacia el mundo occidental, alineada a los movimientos y accionar norteamericanos, por la cual tendería especialmente su visión en la región de América Central, en función de la lucha contra la subversión, pero a su vez prestando atención a los países vecinos, por los diversos diferendos limítrofes y bélicos (BERJ, GOMÉZ, 2010, pg. 312).

Na economia, em um dado momento se tornou impossível continuar com a tabelinha e o peso desvalorizou em relação ao dólar de uma maneira discrepante. Então, Buenos Aires passou de cidade mais cara do mundo para cidade mais barata (para quem tinha dólares) e para evitar quebrar os empresários o governo assumiu as dívidas privadas com o exterior e se transformou em credor deles. Isso de certa forma, se tornava em uma “socialização” da dívida privada que caíria no ombro de toda a população (TELLA, 2017).

A partir deste momento, uma recuperação econômica capaz de apaziguar a população parecia cada vez mais distante. Em março de 1982 houve uma manifestação de vários civis junto a empresários prejudicados pela política econômica, que resultou em confrontos diretos com a polícia nas principais cidades do país (TELLA, 2017).

O general Leopoldo Galtieri, que assumiu após Viola renunciar por motivos de saúde em 1981 e preceptor do golpe de Estado, acreditava que uma ação audaciosa poderia recuperar a aprovação popular, portanto traçou o plano de invadir as Malvinas.

A decisão era de recuperar o exercício efetivo da soberania sobre os arquipélagos do Atlântico Sul através da execução da "Operação Rosário". O conflito se iniciou com o ocorrido nas Ilhas Geórgia do Sul, em que o desembarque de civis, contratados pelo empresário Davidoff foi usado como justificativa pelo governo britânico nas Ilhas Malvinas, que enviou um navio para despejá-los. O governo argentino respondeu a essa ação enviando tropas especiais da marinha, mergulhadores táticos (BERJ, GOMÉZ, 2010).

O conflito durou até meados de 1982, até o terceiro governo militar do Processo de Reorganização Nacional. Durante a transição para um novo governo militar, tanto a Aeronáutica quanto a Marinha decidiram se retirarem do governo, deixando tudo nas mãos do Exército. Os cálculos finais sobre o aumento da dívida externa para 40 bilhões de dólares se devem, segundo o ex-ministro da Economia argentino, Martínez de Hoz, ao fato de que devido ao endividamento puderam lançar à reconquista das Malvinas (BERJ, GOMÉZ, 2010).

Assim foi decidido a invasão das Ilhas Malvinas e outras do Atlântico Sul, que de fato, muita gente se solidarizou com o governo, ainda que o motivo do conflito não refletisse em nada dos problemas cotidianos. Em paralelo o governo fazia bruscas

mudanças de aliados, já que invadir as Malvinas implicava em enfrentar os empresários estrangeiros que eram apoiadores do governo (TELLA, 2017).

Em 1982 Leopoldo Galtieri renunciou e quem assumiu foi Reynaldo Bignone (1982-1983). Em seu governo, a Argentina se rendeu ao conflito com o Reino Unido e as Malvinas.

El desarrollo de una política exterior nacional, en una instancia de posguerra, sería el condicionante esencial que enfrentaría la diplomacia argentina, la cual tendría como objetivo central para este gobierno, el reinsertar la cuestión de la soberanía de las Islas Malvinas e Islas del Atlántico Sur, en el seno de las Naciones Unidas. Esta situación obligaría al Canciller, a adoptar posiciones anticolonialistas, produciendo una continuación de las posiciones adoptadas por el ex Canciller Costa Méndez, en las postrimerías de la guerra (BERJ, GOMÉZ, 2010, pg. 321).

A política externa militar argentina, teve como base a concepção da Doutrina de Segurança Nacional, originada e contemplada nos Estados Unidos. Dessa forma, a relação com os atores latino-americanos, especialmente os da América do Sul, foi pautada nessa doutrina, o que levou o governo a interagir com seus vizinhos de forma ameaçadora e em constante conflito.

Da mesma forma, a política econômica foi desenvolvida com base em uma concepção neoliberal da mesma, por meio de um programa caracterizado pela implementação de políticas monetaristas em detrimento das classes menos favorecidas e das classes médias da sociedade. Levariam ao claro benefício do capital financeiro internacional e das corporações transnacionais.

En síntesis, la estructuración, diseño y fundamentación de la política exterior del auto-determinado Proceso de Reorganización Nacional, debe ser claramente interpretada y evaluada en consonancia a la política interna desarrollada por dicho gobierno, el cual era enmarcada dentro del proceso de la Guerra Fría. Debemos interpretar las diversas instancias de elaboración y estructuración de la política exterior, identificando las diversas etapas que comprenden al auto-determinado Proceso de Reorganización Nacional, o sea las cuatro presidencias, con sus pequeños interregnos e interinatos, los cuales articulan como bisagras entre las principales (BERJ, GOMÉZ, 2010, pg. 325).

Durante o governo militar, o presidente Rafael Bignone tinha o plano de manter o índice financeiro abaixo dos índices dos preços, pois assim reduziria a dívida externa e, também, os devedores teriam possibilidade de quitar suas dívidas. Esse sistema durou

até o lançamento do Plano Austral, enquanto isso, a inflação não estabilizou e as dívidas viraram uma bola de neve.

O desaparecimento da indústria nacional foi o exemplo claro das consequências dessas políticas. O aumento, por outro lado, do índice da dívida externa do país, foi exponencial, tendo claros efeitos negativos no desenvolvimento do próprio programa econômico, para além da intervenção dos organismos internacionais de crédito na própria concepção da política econômica nacional.

A imagem internacional da Argentina foi colocada na mesa de discussão devido às repetidas denúncias de abuso e violação dos direitos humanos perante organismos internacionais. O resultado final da guerra conduziu à anarquia institucional militar, que conduziu a uma transição progressiva para a democracia, não condizente com os desejos e interesses dos militares no poder.

2.1 GOVERNO DE RAÚL ALFONSÍN

No final da década de setenta, devido ao conflito bipolar e a altura da guerra, se intensificou a produção armamentista e o discurso ideológico entre os dois sistemas, comunista e capitalista. Nesse momento, os EUA aumentou a propaganda anticomunista apontando a fágil economia soviética, a quantidade de desistentes do regime e o quanto a URSS investia em armamento.

Ainda o governo dos EUA da época, Ronald Reagan (1981-1989), era apoiado por diversos neoconservadores que caracterizavam a década de oitenta com o governo neoliberal, como o de Margaret Thatcher. Ideias neoliberais que pregavam o fim do protagonismo do Estado na economia e o livre mercado (ZURITA, 2010).

En lo económico, la Segunda Guerra Fría se desataba luego de una profunda crisis del sistema capitalista que se produjo en 1973, a esto hay que agregarle que la Unión Soviética estaba más fortalecida militar y económicamente a finales de los setenta y que nadie predecía su abrupto final tan sólo una década después. Esto también explica la campaña anticomunista propugnada desde Estados Unidos (ZURITA, 2010, pg. 336).

Após seis anos de ditadura, a Argentina se transfere novamente para uma democracia com a eleição de Raúl Alfonsín. Ao assumir a presidência, iniciou sua política exterior aderindo às políticas de Direitos Humanos conforme as normas internacionais, que também alterava o cenário doméstico.

Em um contexto bipolar, a Argentina como país de terceiro mundo deveria definir suas prioridades políticas para levar adiante a política externa. Como parte da América Latina, região estratégica pela grande diversidade de recursos naturais que as grandes potências buscavam conseguir.

A política externa argentina na gestão de Alfonsín seguiu os passos de de Hipólito Yrigoyen, a qual fomentava a paz e a harmonia entre os povos baseado nos princípios morais do krausismo³. Contudo, devido ao contexto, alcançar a paz no ambiente

³ O krausismo foi um sistema filosófico, concebido pelo alemão Karl Christian Friedrich Krause (1781-1832) e postulava que o “mundo não é equivalente a Deus, mas que está em Deus, distinto de Deus, ou que Deus está acima do mundo, como Ser Supremo” (p. 15). Difundi-se na Europa por meio de seu discípulo Enrique Ahrens (1808-1874) e G. Tiberghien (1819-1901). No Brasil encontrou acolhida principalmente na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, sendo seus principais cultores João Theodoro Xavier de Matos (1820-1878) e Galvão Bueno. Com seu compêndio, Bueno pretendeu abranger a totalidade do saber filosófico e criticava expressamente a filosofia de Comte, afirmando que este propunha a substituição de Deus pela humanidade e

doméstico e mudar a imagem do país do âmbito externo eram duas coisas que iam de contra uma com a outra.

Em 1983, quando Raúl Alfonsín foi eleito democraticamente para presidente, restaurou a política externa, a qual foi desestruturada durante o governo militar, com a maioria dos países. O modelo de política externa de Alfonsín, em grande medida, é reflexo do contexto internacional do momento.

Alfonsín era apegado à cultura ocidental, concepção totalmente contrária do governo militar, que levavam as coordenadas do cenário bipolar para sua própria conveniência, pois “serviu-lhes para legitimar a repressão interna e para a imposição do modelo político, econômico e social que beneficia o capital transnacional (ZURITA, 2010, pg 337).

Alfonsín então continuou no Movimento dos Países não Alinhados como uma maneira de não tomar lado de nenhuma potência e não aprofundar o isolamento que o país estava. As principais prioridades do governo, segundo o Ministro das Relações Exteriores Dante Caputo, era o vínculo estrangeiro como criador de transformações, a independência como condição do vínculo e o vínculo como protetor da democracia (ZURITA, 2010).

Dessa forma, o governo Alfonsín queria promover o desenvolvimento da democracia e a defesa dos direitos humanos em repúdio ao governo que o precedeu. Esta foi uma carta favorável, pois foi bem recebida no exterior e permitiu reconstruir a desgastada relação com os Estados Unidos.

había que demostrar que Argentina podía ser nuevamente un país confiable y para eso había que distanciarse lo más posible del, al decir de Miranda, “realismo ingenuo” que no supo capitalizar el contexto que brindaba la bipolaridad, cometiendo errores de percepción como considerar que el gobierno de Reagan iba a apoyar la decisión argentina de recuperar las Islas Malvinas a través de medios bélicos (ZURITA, 2010, pg. 338).

Em contrapartida, para o cenário internacional, após 1984 a Argentina deu um *giro realista*⁴, através do pagamento da dívida externa, ao recompor as relações do ponto

convidava o homem a adorar a si próprio. Fato é que muitos dos seguidores do krausismo converteram-se mais tarde em positivistas. (PAIM, Antonio. O krausismo brasileiro. 2. ed. Londrina : CEFIL, 1999. 31 p.). Biblioteca do Senado <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/221711>> acessado em 06/12/22

⁴ Termo utilizado pelo Chancelaria Argentina de Dante Caputo quando, no final de 1984, no processo de negociação da dívida externa, entendeu que as diferenças com os Estados Unidos correspondiam a

de vista de crescimento econômico e ativação do Plano Austral em 1985. Nesse momento, o país latino americano mostrou maturidade no alinhamento com as políticas econômicas estadunidenses. Entretanto, em outros quesitos mostrava que estava na mesma posição de conflito como quanto votou contra a tentativa dos EUA de condenar a situação em Cuba na Comissão de Direitos Humanos da ONU em 1987.

El gobierno de Alfonsín a los Estados Unidos como algo positivo dejando atrás recientes puntos de discusión como la Guerra de Malvinas e intentando renegociar la deuda externa. Sin embargo, difiere al considerar que el desacuerdo en temas como el apoyo de Estados Unidos a regímenes dictatoriales en América Central, fue algo con lo que nuestro país no obtenía ningún beneficio (ZURITA, 2010, pg. 339).

Contudo, mesmo em 1984 adotando o plano do FMI, em 1985 a inflação continuava a subir, então foi obrigado a trocar seus ministros da economia. Então, ao colocar em prática o novo plano econômico foi necessário congelar os preços e os salários fazendo com que a inflação atingisse 1500% anual em 1985.

Em 1985, como política econômica ortodoxa, foi lançado o Plano Austral que tinha como objetivo estabilizar as reformas econômicas. A nova moeda substituiria o peso, sendo assim mil pesos passariam a ser um austral. O sucesso do plano foi imediato, tanto que reduziu a inflação de maneira significativa.

El impacto inmediato del Plan Austral resultó impresionante. La inflación, que oscilaba entre el 20% y el 30% mensual al implementarse en junio de 1985, cayó a alrededor del 2% mensual entre agosto de 1985 y febrero de 1986, período en que el tipo de cambio se mantuvo en 0,80 australes por dólar (TELLA, 2017 p. 198).

Outro objetivo do plano ortodoxo era reduzir o déficit fiscal, entretanto não havia possibilidade de reduzir os impostos de exportação dada a necessidade de preservar o aumento dos ingressos fiscais. Então para evitar redução de competitividade, em 1986 houve um ajuste gradual do câmbio nominal, contudo pouco tempo depois a inflação voltou a subir a 6,8%, sendo que a média de inflação desde o Plano Austral era de 3% ao mês.

diferentes interpretações dos problemas mundiais, mas que não eram um impedimento pela existência de uma relação bilateral madura, onde a Argentina, como país latino-americano do terceiro mundo, reconhecia o poder estadunidense que agregava ao Ocidente mas que se considera autônomo no processo decisório. Nesse contexto, nosso país tenta se aproximar dos Estados Unidos. Prova disso é a viagem que Alfonsín fez à América do Norte em setembro daquele ano. pg 339 - tradução própria.

No último trimestre de 1987 a inflação já estava tão alta como estava antes do Plano Austral, então foi anunciado um novo plano de desdobraimento do mercado de divisas:

El mercado oficial canalizaría las exportaciones, importaciones y servicios de la deuda pública y deuda externa registrada del sector privado. En ese mercado, el Banco Central establecería el tipo de cambio. El mercado libre absorbería todas las demás transacciones cambiarias a una tasa determinada por la oferta y la demanda. En el mercado oficial el tipo de cambio subió un 12,1%; en el mercado libre, 26,5%. El tipo de cambio oficial se mantuvo sin cambios hasta diciembre, pero el tipo de cambio del mercado libre aumentó rápidamente y sin pausa (TELLA, 2017 p. 201).

Devido a esses resultados frustrantes, o país voltou a recorrer ao FMI, ao Clube de Paris e ao Banco Mundial, as negociações resultaram em um empréstimo de 1,2 bilhões de dólares para apoiar o novo Plano Primavera. Contudo, o FMI ainda acreditava que a Argentina não tinha cumprido com as condições dos empréstimos prévios e que não havia evidências de restrição monetária e consolidação fiscal que ajudaria a apoiar o plano.

O Plano Primavera foi a última tentativa de Alfonsín controlar a inflação, o plano mantinha o mercado de divisas criado em 1987, também colocava que os exportadores de bens primários deveriam vender seus produtos no mercado oficial, enquanto os importadores deveriam comprar tais mercadorias no mercado livre. Assim, o Banco Central que compraria dólares no mercado oficial, ao mesmo tempo poderia vender no mercado livre através de leilões pré-anunciados.

Com o novo congelamento de preços e salários, o Plano Primavera conseguiu controlar a inflação durante três meses, entretanto, após esse período, a inflação voltou a subir novamente, então no começo de 1989 a inflação já batia a casa dos 10%. Por consequência desse cenário, o Banco Mundial revogou o plano quando e quando chegou o momento de investir o restante negociado, o bando revogou o plano, a explicação foi que a Argentina não teria cumprido com todas as condições acordadas.

Após o anúncio do Banco Mundial, o Banco Central deixou de vender divisas no livre mercado, o qual teve aumento no seu câmbio de até 215% enquanto o mercado oficial não teve aumento significativo. Logo, as pessoas que possuíam Austral passaram a trocar a moeda pelo dólar no mercado livre, fazendo com que nova moeda argentina desvalorizasse e a inflação aumentasse novamente (TELLA, 2017).

Nas vésperas das eleições de 1989 a Argentina tinha tudo para ter uma hiperinflação, os economistas ortodoxos culpavam a falta de disciplina fiscal. Os preços aumentavam a cada momento. Quando Alfonsín transferiu o governo para Menem, o presidente eleito, a inflação mensal ultrapassou a 200%, ou seja, aumentava em média 3,6% ao dia (TELLA, 2017).

Em seguida de várias idas e vindas, a partir de uma visão realista de qual papel a Argentina ocupava no cenário internacional, foi criada uma nova política externa para o país fundamentada na democracia, na defesa dos Direitos Humanos, na promoção do desarmamento e na inserção internacional.

3 GOVERNO DE CARLOS MENEM E O REALISMO PERIFÉRICO DE CARLOS ESCUDÉ

Durante a década de 1970 a América Latina recebeu bastante investimento externo em formas de fluxos financeiros e dívida externa (KERNER, 2003). French-Davis (2010), coloca que a liberalização desenfreada e a mal sequencialização da conta dos capitais e dos mercados financeiros nacionais resultaram em um mercado financeiro excessivamente dominado por planejamentos com curto prazo e não em investimento da força produtiva. Somando a isso, em 1973, o choque do petróleo balançou as economias no contexto internacional geral, inclusive os países latinoamericanos produtores do óleo.

Assim, a década de 1980 ficou conhecida como “década perdida” para a América Latina, devido a crise da dívida externa. Pela ótica dos analistas, não se viam soluções viáveis para esse problema, pois era massiva a fuga de capitais que resultou na estagnação econômica em meio da inflação incontrolável. Portanto, os países latino americanos estavam dependentes do BIRD e se sujeitam às suas condições de ameaça a política de defesa com fixação de limite para gastos militares (BANDEIRA, 2002).

Devido às crises da década, o Banco Mundial evidenciava a necessidade da implementação de políticas de correção macroeconômica na Argentina e colocava especial atenção na dívida externa, nos gastos públicos, nos subsídios e na inflação. Segundo o Banco Mundial, o país se encontrava em crise devido aos problemas apontados e, principalmente, pelo protecionismo do governo que preservava as indústrias da competição externa (VIANNI, 2020).

Nota-se uma primeira tentativa de regulamentação no governo de Maria Perón, 1974-1976, através do *Rodrigazo*. Dentre as consequências de tais políticas, uma se apresenta bastante antipopular: o aumento de 200% das tarifas dos serviços públicos. No entanto, essa tentativa encontrou grandes obstáculos nas resistências populares que promoveram uma greve geral decretada pela Central Geral dos Trabalhadores (CGT) que exigia o fim imediato do plano de ajuste.

A segunda reorientação econômica foi realizada pelo golpe militar de 1976. Assim como em outros países latino-americanos, a ditadura na Argentina tinha como finalidade reestruturar a economia segundo os interesses empresariais nacionais e internacionais. Os resultados dessa reestruturação modificaram efetivamente a estrutura socioeconômica

argentina uma vez que levou a cabo um modelo fundamentado na abertura financeira e na importação de bens materiais e capitais.

A herança deixada pela ditadura militar foi um país extremamente endividado, governado de forma corporativa, afundado na corrupção administrativa e com uma tradição política autoritária e violenta. Em 1992 com a chegada de Carlos Menem à presidência consolida-se o colossal processo de neoliberalização da economia que se iniciou com os governos militares. O menemismo foi responsável por estabelecer uma nova aliança política no seio do Partido Justicialista – partido oficial do peronismo – marcada cada vez mais por um afastamento das burocracias sindicais – aliadas históricas – e por uma vinculação cada vez mais estreita com as grandes corporações empresariais desejosas de uma reforma estatal de cunho neoliberal. (BRAGA, 2013, pg. 24).

O Banco Mundial também acreditava que as economias latino americanas eram bastante diversificadas, a ponto que a crise de um país não repercutiria nos demais. Então aconselhava fortemente as reformas de políticas econômicas neoliberais e o livre comércio como solução para manutenção do crescimento econômico, entretanto a crise asiática de 1997 devastou o país (VIANNI, 2020).

Então, ainda em 1989 o Instituto Internacional de Economia reuniu a conferência que consolidou o Consenso de Washington intitulado “Latin American Adjustment: how much happened?”, onde John Williamson, professor do instituto, apresentou um trabalho tal qual apresentava suas visões sobre o que a América Latina precisava para restabelecer o crescimento econômico (RANGEL, GARMENDIA, 2012). A conferência contou com diversos economistas representantes de organismos internacionais cujas fontes não esclareceram quais economistas compareceram.

A partir dessas visões externas sobre os problemas internos, o Consenso de Washington se formalizou em 1989. As reformas de políticas econômicas eram baseadas na lógica de mercado caracterizada pela disciplina macroeconômica e abertura que permitia e facilitava o comércio internacional entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos com o objetivo de impulsionar o crescimento econômico da região. A proposta também previa uma disciplina macroeconômica a fim de proporcionar estabilidade econômica, política e social (RANGEL, GARMENDIA, 2012).

TABELA I - DESCRIÇÃO DAS POLÍTICAS A SEREM SEGUIDAS PELO CONSENSO DE WASHINGTON

O Consenso de Washington deve seguir tais descrições, segundo Williamson (1996)	
Déficit fiscal:	O aumento da poupança interna pode ser mais importante do que a redução do déficit fiscal.
Priorização do gasto público:	Os gastos públicos devem ser priorizados em áreas sensíveis.
Reforma tributária:	A base tributária deve ser ampliada para permitir a redução das alíquotas do imposto de renda e possibilitar o acúmulo de riqueza.
Taxas de interesse:	Estabelecido no mercado, mas com forte supervisão do sistema financeiro.
Tipos de câmbio:	Devem ser competitivos.
Comércio exterior:	A liberação deve ser gradual e não abrupta.
Desregulamentação:	Deve ser politicamente aceitável, por exemplo, no setor trabalhista.
Privatização:	Não é para fornecer recursos, mas promover competitividade e eficiência.
Direitos de propriedade:	O objetivo é garantir sua transparência e clareza.
Instituições:	Recomenda-se a sua reconstrução, sobretudo as financeiras.
Educação:	Deve ser aprimorado, pois o capital humano é essencial para o desenvolvimento e os centros de pesquisa e desenvolvimento tecnológico devem ser promovidos.

Fonte: NOEJOVICH, 2010.

Conforme aponta no trabalho de Silva, “a principal característica do Estado neoliberal é o forte favorecimento dos direitos individuais à propriedade privada, ao regime de Direito e às instituições de mercados de livre funcionamento e do livre comércio” (SILVA, 2021, pg. 3). Além disso, a teoria neoliberal pondera como bem fundamental o livre mercado.

Já o FMI (Fundo Monetário Internacional) é um órgão internacional criado após Bretton Woods cuja responsabilidade é realizar empréstimos para Estados nacionais de economias com dificuldades de cobrir seus déficits na balança de pagamentos. Ainda, a instituição conta com os princípios de economia de mercado, livre comércio, não interferência na economia e possui como base a Divisão Internacional do Trabalho proposta pela teoria das vantagens comparativas de David Ricardo (CALLADO, 1997).

O diagnóstico elaborado pelo FMI coloca que os desequilíbrios internos e externos das economias nacionais são responsabilidades e consequências de políticas econômicas protecionistas. Então, o diagnóstico para a crise latino americana de 1980 foi que, a política de substituição de importações gerou um desvio no funcionamento das

economias que era incompatível com o estágio de desenvolvimento na qual as mesmas se encontravam (CALLADO, 1997).

As políticas de redução da demanda interna junto da redução de salários foram fundamentadas no diagnóstico de que as economias estavam artificialmente aquecidas e a alta inflação indicava a demanda pelo produto acima da capacidade de produção, então seria necessário reduzir a demanda para estabilizar a inflação. Para o FMI esse problema seria resolvido com a redução de salários e medidas de retenção de consumo (elevação da taxa de juros, redução de crédito, etc.).

Como política fiscal e monetária, o FMI sugeriu o corte dos gastos públicos e o aumento das taxas de juros interna, esse ajuste visa alcançar o superávit e retirar a função do Estado na economia, isso porque para o FMI o Estado é o maior causador de inflação e de déficit fiscal. Já o aumento das taxas de juros no mercado interno, seria um atrativo para os investimentos estrangeiros e, conseqüentemente, uma melhora na balança de pagamentos (CALLADO, 1997).

3.2 O REALISMO PERIFÉRICO DE ESCUDÉ NO GOVERNO DE MENEM E SUAS CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS

O realismo periférico é baseado no realismo político, possui o mesmo cerne do paradigma Prebisch-CEPAL (centro-periferia), também, é inspirado por uma consciência "tucidiana" das conseqüências das assimetrias de poder nas relações entre os Estados. Essa teoria não se acopla a nenhum pensamento econômico em particular, mas pode se relacionar ao desenvolvimentismo, ao neoliberalismo e ao comunismo chinês (ESCODÉ, 2020).

O realismo periférico, teoria apresentada por Carlos Escudé, é delineou a política externa da Argentina nos anos de 1990, que foi o estreitamento das "relações carnavais"⁵ com os Estados Unidos da América, Escudé (2007), afirma que essa política nunca foi popular. O acordo de não proliferação de armas de destruição massiva foi um reconhecimento jurídico da hierarquia da ordem internacional, se distanciando do, se distanciando do Estado que foi quando invadiu as Malvinas (ESCODÉ, 2007).

⁵ Metáfora utilizada pelo Ministro das Relações Exteriores da época, Guido di Tella, no sentido de estabelecer relações com conteúdo.

O "realismo periférico" argentino contém os seguintes princípios básicos: primeiro, um país dependente, vulnerável, empobrecido e pouco estratégico para os interesses vitais dos Estados Unidos como a Argentina, deveria eliminar seus confrontos políticos com as grandes potências, reduzindo o alcance de seus confrontos externos com aquelas questões materiais diretamente ligadas ao seu bem-estar e base de poder.

Segundo, a política externa deve ser calibrada não apenas em termos de cálculo rigoroso de custos e benefícios materiais, mas também em função de eventuais riscos de custo. Os desafios políticos às grandes potências podem não acarretar custos imediatos, mas quase sempre acarretam o risco de eventuais custos. E terceiro, a necessidade de reconceituar a autonomia não como liberdade de ação, mas em termos dos custos relativos de fazer uso dessa liberdade de ação diante de um determinado problema (ESCODÉ, 1992).

Menem quando assumiu deixou claro que a Argentina tinha abandonado o paradigma das relações internacionais de Estado desenvolvimentista e estava adotando o modelo neoliberal. Essa postura da política externa aponta um entendimento que os problemas do país eram puramente econômicos, pois o fim da Guerra Fria não deixou alternativas para um sistema, se não o vigente (SOIBELZO, CRILCHUK, 2010)

la política de Menem que representó un giro brusco respecto de la política del gobierno de Alfonsín y un viraje de 180 grados de la política altamente confrontación citas de la dictadura militar. Las diferencias que encontró estuvieron en las políticas de Alfonsín y su equipo que condujeron siempre a la confrontación con los poderosos y que habría generado costos (SIMONOFF, 2010, pg. 330)

Escudé 2020, acrescenta que um país que possui liberdade internacional ilimitada automaticamente mantém uma tirania absoluta. Isso porque o orçamento político econômico é extremamente alto, para um país subdesenvolvido é insustentável, como o caso do Irã que não possui mecanismos para refinar seu petróleo, mas desenvolve defesa nuclear. Mesmo quando se trata de uma economia desenvolvida, tanto que alguns países da Europa abdicaram do desenvolvimento militar.

Este principio puede formalizarse en la siguiente ecuación [...] ['LIBERTAD' ILIMITADA DE UN ESTADO FRENTE AL MUNDO] \equiv [TIRANÍA INTERNA ABSOLUTA]. Esta "ecuación de equilibrio metapolítico" es una ley universal, válida para todos los Estados. Pero se resignifica, según se mire desde la periferia o desde el centro del poder mundial (ESCODÉ, 2020, pg. 37)

A própria validade desta equação estratifica os Estados em uma ordem hierárquica, e é isso que importa do ponto de vista da periferia: quanto mais fraco é um país, menor é o limiar de autonomia externa a partir do qual a liberdade dos cidadãos deve necessariamente diminuir. Na verdade, nem mesmo legalmente os Estados têm os mesmos direitos: a Carta das Nações Unidas estabelece a desigualdade jurídica dos Estados.

Os membros permanentes do Conselho de Segurança têm o poder de ajudar a moldar as regras do jogo, enquanto a grande maioria é obrigada a se comportar de acordo com as regras estabelecidas por aquele oligopólio. E há ainda uma terceira categoria de Estados que, sem poder contribuir para o estabelecimento dessas regras, rebelam-se contra elas, pagando custos muito elevados que revertem para os seus habitantes (ESCUDE, 2020).

Esta é a "estrutura" da ordem interestatal: não é uma "anarquia", como postulou Kenneth Waltz, mas uma proto-hierarquia. E esse simples teorema é a pedra angular do PR que, com nuances (e reconheçam ou não seus governantes), caracteriza a política externa de quase todos os países latino-americanos (ESCUDE, 2020, pg. 38).

Esse teorema revela que os estados fracos que desafiam a ordem tendem a perder, porque as extorsões que devem impor às suas sociedades para continuar competindo com os poderosos aumentam de maneira imensurável. Em suma, o realismo periférico demonstra lógica e empiricamente que, embora as superpotências interajam em condições de anarquia, a ordem mundial como um todo é hierárquica (ESCUDE, 2020).

E no cenário internacional, a Argentina havia se recusado a ratificar o Tratado de Tlatelolco pela Proibição de Armas Nucleares na América Latina, e rejeitou a de Não-Proliferação Nuclear; dedicou seus escassos recursos ao enriquecimento de urânio (de que seus reatores de produção de energia não precisavam, pois trabalhavam com urânio natural) e lançou um projeto conjunto com o Iraque para o desenvolvimento de um míssil balístico de alcance intermediário, o Condor II (ESCUDE, 2008).

Menos relevante, mas símbolo eloqüente de seu radicalismo, foi que em 1990 a Argentina tinha o quarto perfil mais antiamericano na Assembleia Geral das Nações Unidas, sendo superada apenas por Vietnã, Sudão e Cuba.

Los antecedentes argentinos, únicos en América latina, fueron el producto de varios factores que se realimentaron mutuamente, entre ellos: a) su

relativa prosperidad desde aproximadamente 1880 hasta 1942, que había generado expectativas locales de un futuro estatus de potencia mundial; b) su aislamiento geográfico, que hizo posible la emergencia de ideas desproporcionadas acerca de su desarrollo y poderío; c) el contenido de su sistema educativo, que alentaba percepciones exageradas del esplendor argentino y sus posibilidades futuras, y d) una ideología ecléctica de relaciones interestatales, que se vio influida por varias tradiciones de pensamiento, tanto importadas como vernáculas (ESCUDE, 2008, pg. 5).

Até a década de 1990, a Argentina havia subordinado o bem-estar dos cidadãos à busca do poder regional, porém a necessidade de centrar as suas políticas externa e de segurança no desenvolvimento económico e no bem-estar dos cidadãos se tornou cada vez mais concreto à medida que crescia a consciência do fracasso de políticas inspiradas na procura de prestígio e poder.

Durante a década de noventa a Argentina ratificou o Tratado de Não proliferação Nuclear e o Tratado de Tlatelolco, de alcance internacional e regional, respectivamente. Interrompeu o enriquecimento de urânio e seus esforços para produzir plutônio. Renunciou o Míssil balístico Condor II, restabeleceu relações com o Reino Unido, estreitou amizade com o Chile e apoiou explicitamente sua civilização de origem.

Portanto, a Argentina abandonou uma rica história de confrontações com as grandes potências ocidentais e com alguns países vizinhos. Deste então, o realismo periférico teve algum sucesso parcial, o principal foi a perda da imagem de um país agressivo.

3.2.1 Reformas econômicas

Carlos Menem do Partido Peronista (PJ), que traçou sua propaganda política com discurso populista cuja defendia o *salariato* e uma “revolução produtiva”, mas ao governar adotou o monetarismo da Escola de Chicago, alinhou sua política econômica com os postulados do Consenso de Washington, os conselhos do Fundo Monetário Internacional (FMI), gestor da dívida Argentina, e o Banco Mundial, financiador das reformas neoliberais nos anos 1990 (BRANDÃO, 2017).

Portanto, assim que assumiu o cargo em 1989, Menem buscou desenrolar qualquer impedimento na condução de suas reformas estruturais, sendo as principais a Lei de Emergência Econômica e a Lei de Reforma do Estado. As reformas autorizavam a

demissão de funcionários das estatais e suspendia todos os tipos de subsídios, privilégios e regimes de incentivo e a segunda criava dispositivos para possibilitar privatizações de empresas e negócios estatais (VIANNI, 2020).

A Lei de Reforma Econômica que colocou o mercado nacional com o estrangeiro para competir como se fossem iguais. Entretanto, as empresas multinacionais eram bem mais estruturadas, não viram concorrência por parte das empresas nacionais, muitas destas faliram, contribuindo com o aumento do índice de desemprego. Outro fator que contribuiu com o desemprego foi a demissão em massa por parte das empresas que foram privatizadas (BRAGA, 2013).

Na reforma econômica, o governo argentino privilegiou as questões fiscais do ponto de vista macroeconômico, portanto as privatizações foram importantes instrumentos financeiros de política de estabilização. No final de 1990, além das empresas menores, foram vendidas as Aerolíneas Argentinas e a Empresa Nacional de Telecomunicações. Essas duas empresas sozinhas somaram a recuperação de U \$6,6 bilhões em títulos da dívida externa, cerca de 10% da dívida total daquele ano (GONZALEZ, 1993).

Quando, em 1990, o crédito proveniente de credores privados voltou a expandir nos países latino americanos, tornou-se possível a incorporação do modelo econômico associado à captação de poupança externa, fazendo com que o FMI se transformasse em uma referência para os países emergentes (SILVA, 2009). O objetivo de Menem era restabelecer o equilíbrio econômico e recuperar a balança de pagamentos, então para isso aderiu ao consenso de Washington.

O crescimento econômico através da reforma de mercado, que representava os objetivos das instituições financeiras internacionais, não entregou o que prometeu. O crescimento econômico com base nas reformas durante a década de 1990 foi medíocre, além disso resultou em crises financeiras que levaram a desvalorização cambial e, no caso argentino, a moratória da dívida.

Diante deste pânico social devido a inflação, Menem se aproximou da direita com a intenção de apaziguar o panorama político, portanto intensificou o diálogo com a empresa exportadora de grãos Bunge y Born a ponto de nomear o seu procurador como ministro da economia. Contudo, devido à repentina morte do procurador, o ministério foi

ocupado por Nestor Rapanelli, que recebia conselhos de cunho liberal de Domingo Cavallo, colocado como reserva no ministério das Relações Exteriores (TELLA, 2017).

A aproximação com a Bunge y Born levou a criação do Plano BB cujo objetivo era de apaziguar as relações do empresariado com o peronismo. Houve um rechaço desse acordo por parte da população, mas o desespero para sair da inflação era maior, ainda que todos esses anos de crise fizeram com que o Estado ficasse - de certa forma - marginalizado, a ponto da ideia de privatizações ser bem recebida (TELLA, 2017).

O Plano BB se baseava no aumento das tarifas, redução de gastos públicos, suspensão (por seis meses) dos subsídios e incentivos fiscais, aumento dos impostos sobre a exportação e corte na oferta monetária. O plano também contou com a desvalorização da moeda em quase 100%, privatizações, com ajuste das tarifas dos serviços públicos, dos combustíveis e dos salários, que ficaram abaixo da taxa da inflação (VIANNI, 2020).

Já o Plano Bonex foi uma tentativa de recuperar o que se perdeu com o plano BB, então houve uma elevação das taxas de juros e reestruturação da dívida pública, de início o plano aparentou estabelecer um equilíbrio, pois os preços ficaram mais acessíveis aos consumidores finais. Contudo, quando pouco tempo depois a hiperinflação retornou, colocando o país em novas saias justas (VIANNI, 2020).

3.2.2 Privatizações e seus impactos sociais

As privatizações tiveram o objetivo político de gerar credibilidade como necessidade de atrair novos investidores, para alcançar o equilíbrio e reduzir o endividamento externo. Entretanto, a longo prazo, as privatizações trouxeram mais prejuízos para o país do que investimento. O governo foi eficiente em desfazer o patrimônio público, porém catastrófico em garantir a concorrência e qualidade de serviços, o que era sua promessa.

Em 1990, 52,1% da produção de aço da América Latina era fornecida pelas empresas estatais, enquanto em 1993 as empresas estatais eram responsáveis por apenas 7,1% desses resultados. A Argentina privatizou três siderúrgicas, sendo duas delas no governo de Menem. A primeira, a SIAT, foi desestatizada no início de 1986 e passou a pertencer ao Grupo Techint. A segunda, já no governo de Menem - em abril de

1992 -, foi a Altos Hornos Zapla, que era subordinada a Dirección General de Fabricantes Militares (DGFM) do Ministério da Defesa (DE PAULA, 1997).

O resultado imediato da privatização da Altos Hornos Zapla, ou melhor, do processo da preparação da usina para a privatização, foi a redução do emprego direto: em dezembro de 1991, a usina empregava 3.021 funcionários; quando foi vendida, o número já tinha sido reduzido para 1.600, sendo que a nova administração resolveu manter apenas 882 destes. Ao final do primeiro semestre de 1993, o efetivo total era de 942 funcionários (DE PAULA, 1997, pg. 242).

Em 1991 a maioria dos contratos foram com empresas petroleiras, ainda o governo cedeu concessão em áreas marginais e associação em empresa estatal em áreas centrais com ingresso efetivo próximo a 1 bilhão de dólares americanos. A partir das receitas das vendas, primeira fase das privatizações (1990-1992), foi favorável a estabilização macroeconômica, sem embargo foi marcado pela falta de marcos regulatórios claros (GONZALEZ, 1993).

Após as privatizações, os serviços que se tornaram privados aumentaram seus preços significativamente e “a demanda sofreu com uma contração devido à formação de desemprego estrutural na economia” (SILVA, 2021, pg. 7). Além disso, a oligopolização teve aumento na sua concentração, a redução do déficit público muitas vezes não se aplicava a muitas das empresas privatizadas.

As privatizações foram responsáveis pela imediata recuperação econômica. Num período de três anos, de 1990 a 1993, a Argentina “vendeu 22 empresas estatais, deu concessão para 19 serviços e fez 86 contratos petroleiros em regime pactual” (GONZALEZ, 1993, pg. 73). As reformas estruturais implementadas por Menem a partir de 1989 que permitiram as privatizações, permitiu também a capitalização e título de venda da dívida externa (GONZALEZ, 1993).

TABELA II - PRIVATIZAÇÕES CONCLUÍDAS ATÉ 31-12-1992

Ano	Setor/Empresa	Tipo de transferencia	Montante (em US\$ milhões)	
			Efetivo	Título da dívida
1990	Canais de TV	Concessão por 15 anos	13.9	
1990	Estradas	Concessão de 100km (por 100 anos) de rodovias federais	100 milhões por ano	
1990	Petroquímicas	Venda de 30%	45.7	130.2

1990	Petróleo	Concessão de 37 áreas marginais	256.9	
1990	Entel (telefonias)	Venda de 60%	214.0	5000.0
1990	Aerolíneas Argentinas	Venda de 85%	260.0	1610.0
1991	Emissora de rádio	Concessão de 6 radios		
1991	Petróleo	Concessão em 5 áreas centrais, 50%	858,5	
1991	Petróleo	Concessão em 22 áreas marginais	140.5	
1991	Turismo	Venda de um hotel	3.7	12.0
1991	Ferrovias	Concessão do ramal Rosario Bahia-Branca		
1991	Entel Tefeonica	Venda de 30% das ações	830.0	
1991	Tandanor	Venda de um estaleiro	59.8	
1992	Petróleo	Associação em 7 áreas centrais	464.8	
1992	Petróleo	Venda de refinaria	64.1	
1992	Petróleo	Concessão de 27 áreas marginais	67.1	
1992	Entel Telecon	Venda de ações, 30%	1226.9	
1992	Eletricidade	Venda de 7 centrais, 60%	252.9	80.0
1992	Eletricidade	Venda de 51% da distribuição	65.9	1012.9
1992	Petroquímica	Venda de 39% de uma fábrica	7.3	
1992	Ferrovias	Concessão de 3 linhas e um ramal, 12.849,5km		
1992	Portos	Concessão de 2 e venda de 1 elevador	6.0	
1992	Gás	Transporte, venda de 70%	128.0	447.411
1992	Gás	Distribuição, venda entre 60% e 90%	172.0	1.102.654
1992	Hipódromo	Concessão	61.5	
1992	Mercado Agrícola	Concessão de 10 anos	12% dos ingressos	
1992	Siderúrgica	Venda de uma siderúrgica e um alto forno	143.3	41.8
1992	Obras Sanitárias	Concessão por 10 anos		
1992				

Fonte: GONZALEZ, 1993

Também em 1991, foi aprovada a Lei Nacional do Emprego, que permitia contratos temporários de trabalho no qual os trabalhadores eram beneficiados pela isenção ou diminuição de uma série de encargos trabalhistas. Em 1993 foi aprovado o sistema de passantias, que permitia o trabalho de estudantes em condições precárias, em um contrato pobre em encargos trabalhistas e com salários muito mais baixos que o conjunto da categoria. No período de 1990 a 1998, a Argentina arrecadou por volta de 20

bilhões de dólares com vendas de empresas estatais, sendo 60% para grupos estrangeiros (BRANDÃO, 2017).

Todavia, em 1991 o Plano BB já havia caído em crise de inflação, então foi necessário um novo ajuste e, então Domingo Cavallo se tornou Ministro da Economia. O primeiro feito de Cavallo foi o Plano de Conversibilidade que consistiu em fixar a paridade entre o dólar e o dólar.

O Plano de Conversibilidade teve sucesso em seus primeiros anos, pois o cenário nacional havia mudado devido aos excedentes de exportação, aumento de arrecadação de impostos e episódios que reduziram o déficit fiscal - sem levar em consideração os pagamentos de juros das dívidas externas e internas. Porém, as privatizações das estatais geraram fundos que tornaram possível o pagamento desses juros (TELLA, 2017).

Quando Cavallo anunciou o Plano de Conversibilidade, o FMI mostrou certa preocupação com a vulnerabilidade, ainda mais depois da crise mexicana, que desvalorizou a moeda do país. Havia uma certa desconfiança que o mesmo aconteceria com a Argentina devido às semelhanças entre as economias, acreditavam que as especulações levaria a fuga de capitais, porém não aconteceu (SILVA, 2009).

Em meados de 1994, o governo de Menem promoveu uma reforma no sistema bancário que permitiu privatizar os bancos estatais e, ao mesmo tempo, incentivou os bancos comerciais a manter suas linhas de crédito em moeda estrangeira. Assim os bancos passaram a negociar em dólares e pesos sob a garantia de livre conversão pelo governo. A política adotada teve sucesso no quesito de controle de preços, o PIB do país voltou a ficar positivo e a crescer continuamente até 1995, em razão do Plano Brady⁶ o crédito voltou a expandir nos países emergentes, quando aconteceu a crise mexicana. (SILVA, 2009).

O plano deu bons resultados, o Estado estava arrecadando impostos, recebendo empréstimos e investimentos do exterior, o consumo aumentou, as empresas se reergueram e o Estado saldou suas dívidas. Então, o neoliberalismo parecia ter

⁶ Assim chamado em referência ao Secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Nicholas Brady, que o anunciou em março de 1989. Tinha como elemento essencial a novação da dívida objeto de reestruturação, mediante a troca por bônus de emissão do governo do país devedor, que contemplavam abatimento do encargo da dívida, seja sob a forma de redução do seu principal, seja por alívio na carga de juros. No caso brasileiro, o acordo firmado em abril de 1994 referia-se apenas à parte da dívida do setor público com bancos comerciais estrangeiros. O desconto efetivo associado ao acordo foi de 7,6% do valor da dívida afetada pelo acordo.

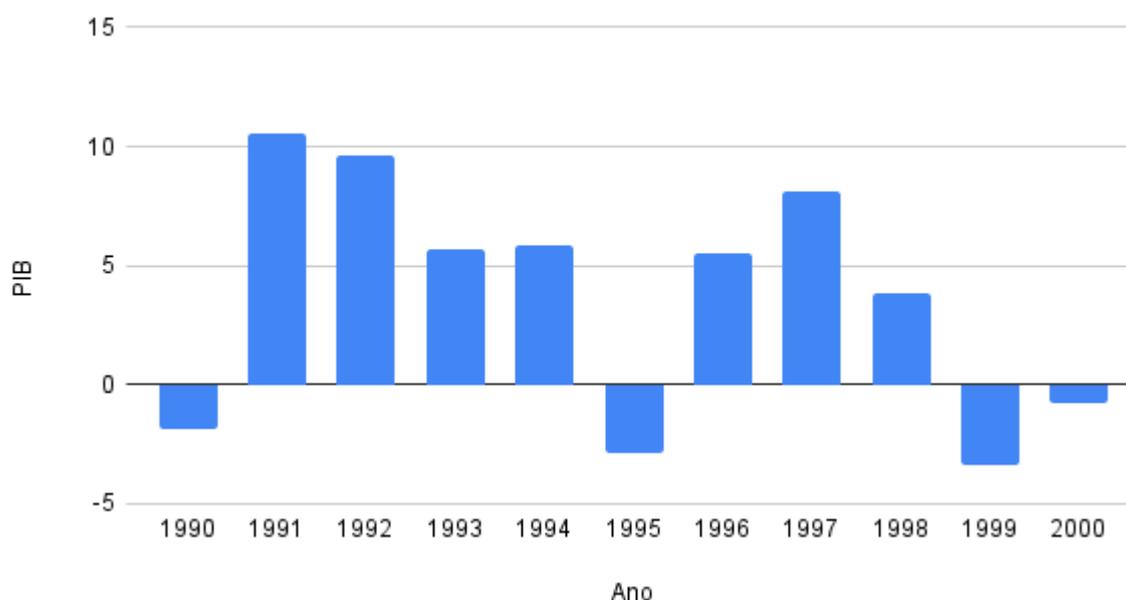
funcionado, o Banco Mundial e o FMI utilizavam a Argentina como exemplo para os países emergentes. Contudo o país voltou a mostrar desequilíbrios, dessa vez foi através do desemprego (VIANNI, 2020).

Nas eleições presidenciais de 1995, Menem é reeleito e Cavallo se mantém no cargo de ministro da economia dando continuidade ao modelo econômico neoliberal. O que não pareceu ser sustentável por mais muito tempo, pois:

Cavallo iniciou uma nova série de privatizações e conseguiu que fosse declarada emergência provisória, o que afetava diretamente as remessas de dinheiro da união para as províncias. Na impossibilidade de pagar os salários dos funcionários públicos, muitos governadores tiveram que vender bancos provinciais e empresas públicas, além de reduzir o quadro de funcionários (VIANNI, 2020, pg. 76)

Quando o Congresso não aprovou a Lei de Orçamentos em 1996, então Domingo Cavallo iniciou uma série de denúncias de corrupção que levou à sua exoneração do cargo. Contudo, o novo Ministro da Economia, Róque Fernandez, ao assumir a posição não alterou as políticas vigentes e, pelo contrário, as intensificou as privatizações, elevou o preço dos combustíveis, os impostos sobre valor agregado, reduziu o número de funcionários públicos e, ainda, realizou cortes profundos no orçamento (VIANNI, 2020).

Gráfico 1 - Taxa do PIB da Argentina (1990-2000)

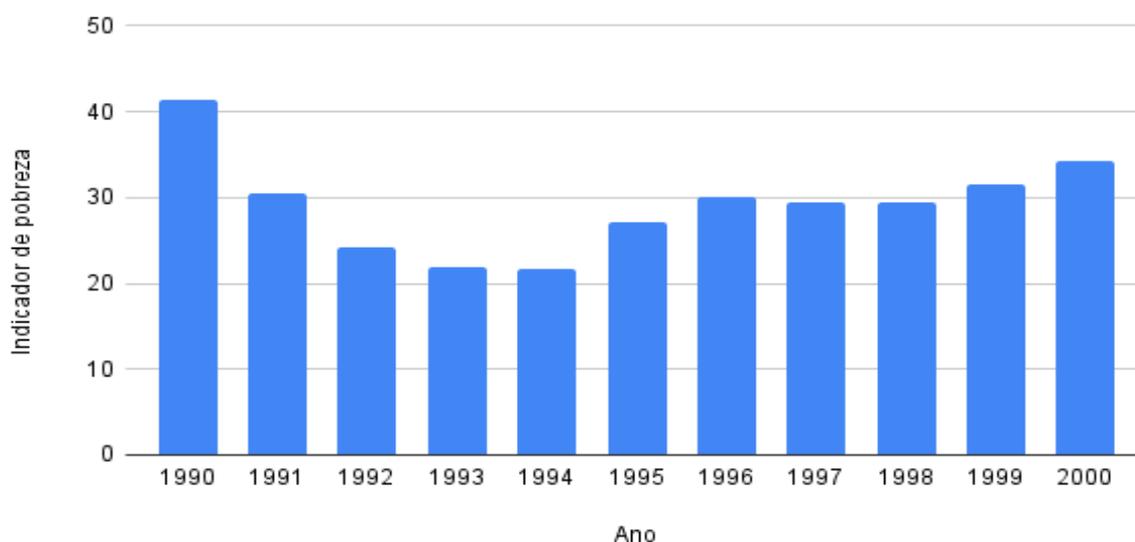


FONTE: SILVA, 2009

Então, o FMI passou a apoiar o Plano de Conversibilidade dando prosseguimento através de um acordo que revisava as metas fiscais, que permitia uma proximidade maior entre os gastos públicos e o PIB. Então, a partir de 1996 foi retomado o crescimento do PIB na Argentina.

Durante todo o governo de Menem, a política econômica para atrair investimentos foi ineficiente em transformar capital em produto. Então a Argentina surfava em uma bola de neve que ficava cada vez maior, escancarando suas fragilidades através da queda de produção e no mercado de câmbio, alta de juros, exigindo novos acordos do FMI, corte nos gastos públicos e aumento da dívida pública, em razão de uma demanda insuficiente que se precarizava cada dia mais por meio da pobreza, desemprego, precarização dos trabalhadores e aumento da concentração de renda.

Gráfico 2 - Indicador de pobreza (1990-2000)

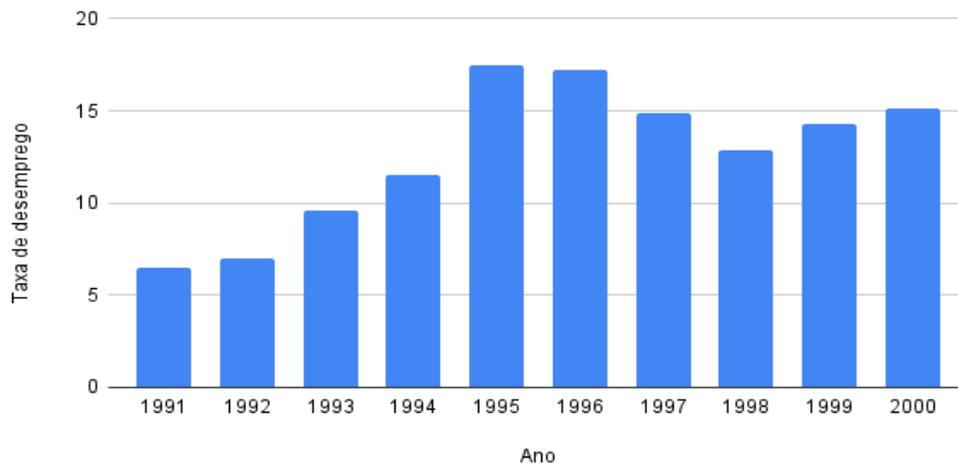


FONTE: PEREZ, 2015.

Menem afirmava veementemente que uma das consequências das reformas trabalhistas e da redução dos custos laborais a economia voltaria a ser mais competitiva, logo haveria novos mercados de trabalho. Outro resultado na nova agenda de “Ajuste e Reforma” foi o aumento da pobreza, que já era um problema frequente devido à hiperinflação e às gestões anteriores. O crescimento econômico após o Plano de Conversibilidade possibilitou a redução da pobreza, porém após a crise de 1994 essa

perspectiva alterou até que em 2002, o índice de pobreza ultrapassou aquele do período de hiperinflação (SILVA, 2021).

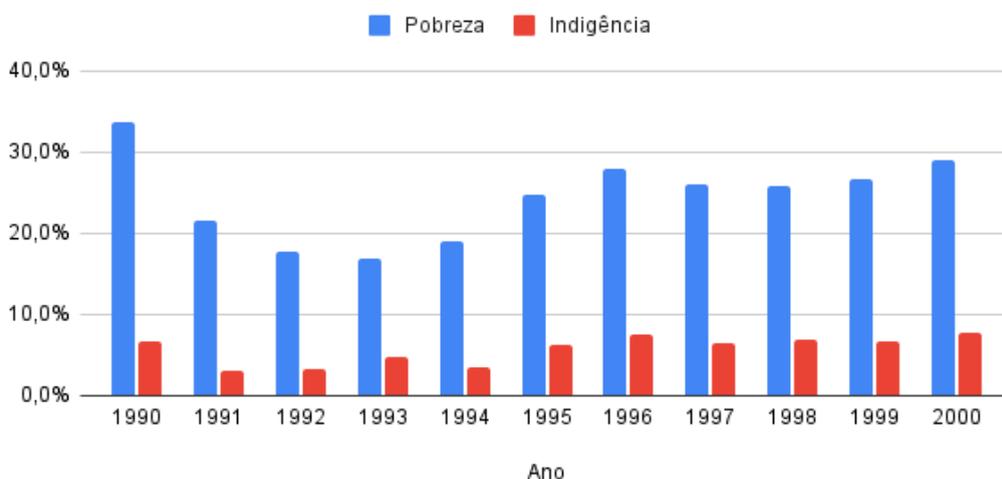
Gráfico 3 - Taxa de desemprego (1990-2000)



FONTE: PEREZ, 2015

As políticas econômicas neoliberais permitiram a redução dos custos das contribuições previdenciárias, o que favoreceu os grandes empresários, além dos cortes de gastos sociais, o amparo ao comércio exterior em detrimento da população e o aumento de impostos com objetivo de alcançar o equilíbrio das contas públicas para atrair investimento do exterior. Assim, durante a década de 1990, houve uma diminuição da renda das famílias mais pobres e o aumento da renda das famílias mais ricas (SILVA, 2021).

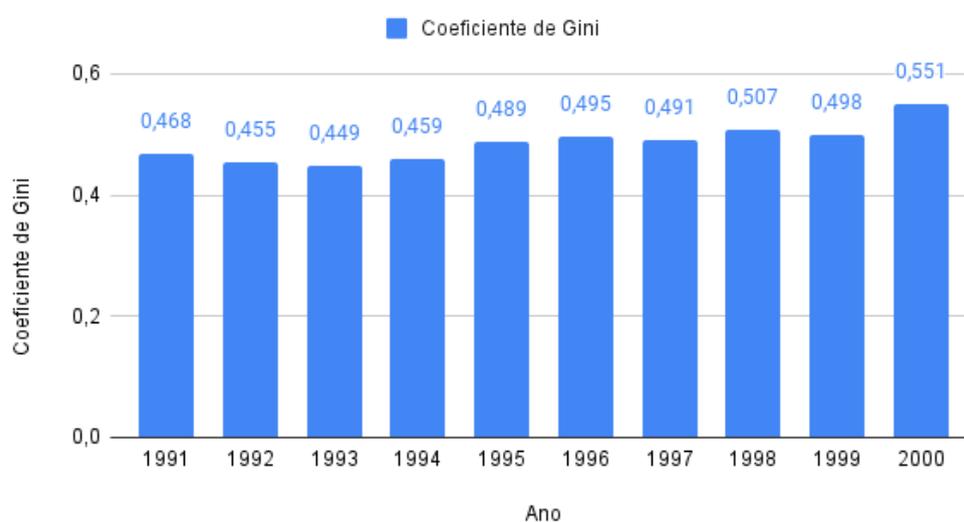
Gráfico 4 - População que vive de renda abaixo da linha da pobreza (1990-2000)



Fonte: SILVA, 2021

Segundo o coeficiente de Gini, instrumento utilizado para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo, a Argentina passou a ser um dos países mais desiguais da América Latina. Quando no período antes da crise, em 1994, o índice apontava em 0,449, mas no auge da crise, em 2001, atingiu o valor de 0,553. Então fica visível que a reforma econômica neoliberal favorece os ricos em relação aos pobres (SILVA, 2021).

Gráfico 5 - Coeficiente de Gine da Argentina (1991-2000)



Fonte: SILVA, 2021

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cenário atual de instabilidade e crise que passa a Argentina certamente tem raízes mais profundas do que o recorte temporal deste trabalho. Quando Perón retornou à presidência em 1973, trouxe consigo José Ber Gelbard, Ministro da Economia que tinha posicionamentos semelhantes ao de seu primeiro mandato, foi porque já havia instabilidade, a ideia de retomar as políticas de outrora, de quando havia crescimento.

A instabilidade econômica foi fundamental para que os militares depusessem Isabel Perón, que tinha assumido após a morte de Juan Perón. Martínez de Hoz tinha uma visão que se assemelhava à de Prebisch em 1955, ou seja, cepalina. Junto a isso, a política externa se aproximou dos ideais norte americanos, principalmente na abertura da financeirização.

Entretanto, como ator do sistema internacional, a Argentina tinha suas diferenças com os EUA. Quando, por exemplo, apoiou o golpe na Bolívia em 1980, pela recusa de ratificar o Tratado de Tlatelolco pela Proibição de Armas Nucleares na América Latina, pela rejeição a de Não-Proliferação Nuclear e por ter dedicado seus escassos recursos ao enriquecimento de urânio.

A relação com o país do norte se abalou de vez quando em 1982 o governo militar iniciou o conflito contra o Reino Unido pelas Ilhas Maldivas, a Argentina esperava ter algum apoio dos EUA, o que não aconteceu. Além disso, o governo descaradamente não seguia as políticas de Direitos Humanos, devido à repressão militar.

Portanto a imagem da Argentina ficou deturpada devido às repetidas denúncias de abuso e violação dos direitos humanos perante organismos internacionais. Esta situação levou à impopularidade do regime militar que não se sustentou por mais tempo, a população pedia por eleições democráticas o que levou a eleição de Raúl Alfonsín em 1983.

Raúl Alfonsín, diferente do governo militar, tinha mais afinidade com os EUA, como política externa a nova gestão procurava se restabelecer no sistema internacional. A política externa de Alfonsín buscava a harmonia entre os povos, contudo alcançar a paz no ambiente doméstico e mudar a imagem do país do âmbito externo eram duas coisas que iam de contra uma com a outra.

Devido ao contexto bipolar e para mudar da posição de país isolado, a Argentina se manteve no Movimento dos Países Não Alinhados. Entretanto, aderiu novas políticas de Direitos Humanos tornando públicas as atrocidades cometidas pelo governo anterior, decisão que permitiu reconstruir a desgastada relação com os Estados Unidos.

No âmbito interno o país ainda estava fragilizado, devido a inflação, em 1985 a Argentina se alinhou com o FMI e lançou o Plano Austral, que foi um sucesso imediato no equilíbrio das contas do país. Contudo, a curto prazo o plano já demonstrou sucessivas falhas fazendo com que fosse necessário recorrer ao FMI novamente.

Em busca do equilíbrio econômico lançou, então, o Plano Primavera. As medidas tomadas conseguiram controlar a inflação durante três meses, porém após esse período a inflação voltou a aumentar. O desequilíbrio econômico desencadeou a hiperinflação que precedeu o governo de Carlos Menem, esse cenário, interno e externo, definiu a próxima política externa.

Entretanto, como não era apenas a Argentina que estava passando por crises e sim a América Latina inteira, foi apresentado, através do Consenso de Washington, políticas econômicas para recuperação da crise. As reformas econômicas do Consenso eram fundamentadas no liberalismo econômico a fim de alcançar equilíbrio político e social econômico.

A partir desse contexto, Menem tomou medidas de política externa que, para Carlos Escudé, foi caracterizada pela teoria do Realismo Periférico. Isso porque devido a posição fragilizada, dependente e pouco estratégica da Argentina, era conveniente que a mesma evitasse conflitos com os países potências e sim fizesse o contrário disso, que estreitasse suas relações o máximo possível.

Escudé aponta que um país que possui liberdade incondicional no cenário internacional vive uma tirania absoluta no âmbito doméstico, isso porque manter tal posição gera custos e uma política externa deve ser pensada para que não gere custos domésticos, mas sim benefícios materiais. Contudo, a administração de Menem se comportou como se o único problema do país fosse econômico.

A "equação de equilíbrio metapolítico", estratifica os países em hierarquias e, quanto menor um país, mais fraca sua autonomia no sistema internacional. Como os governos anteriores a Menem tinham posições questionáveis para a potência hegemônica

dos anos noventa, para que a Argentina não ficasse ainda mais desprestigiada, teve um alinhamento extremo com os EUA.

Portanto, aderiu ao Consenso de Washington cujas reformas econômicas que renderam bons resultados de início, porém a longo prazo foi desastroso, tanto no âmbito doméstico quanto externo, já que um influenciou o outro. A adoção dessa orientação política foi devido a crise sistêmica que o país passava, que trazia sérios prejuízos para a população, quanto para a imagem do país.

Contudo, o alinhamento extremo com os EUA e a imposição do sistema neoliberal trouxe ainda mais prejuízo para a Argentina. A política externa de Menem resultou na desindustrialização, na fuga de capitais, contribuiu para desvalorização da moeda e, principalmente, deixou a população extremamente vulnerável, criando instabilidades profundas que assombram a nação até os dias de hoje.

REFERÊNCIAS

- BANDEIRA, Luiz. As políticas neoliberais e a crise na América do Sul. **Revista brasileira de política internacional**, v. 45, p. 135-146, 2002.
- BECCARIA, Alejandra; CURCIO, Javier. Sistema de seguridad social y mercado de trabajo: evolución de la cobertura en la Argentina entre 1990 y 2010. In: DANANI, Claudia; HINTZE, Suzane (Org); et al. **Protecciones y desprotecciones: la seguridad social en la Argentina 1990-2010**. 1ª Ed, Los Polvorines: Universidad de General Sarmiento, 2011, p. 61-103
- BRAGA, Lisandro. Lutas Sociais e Repressão Preventiva na Argentina. **Sociologia em Rede**, v. 3, n. 3, 2013.
- BRANDÃO, Rafael. Crise do estado e reformas neoliberais na América Latina: as privatizações na Argentina e no Brasil. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA**. 2017.
- CALLADO, Marcelo. **O consenso de Washington e seus impactos em relação a estabilização da Argentina**. Monografia (Bacharel em Ciências Contábeis) - Faculdade de Economia, Administração, Atuariais e Contabilidade - Ceará, 1997.
- CAVALLO, Domingo; RUNDE, Sonia. **Historia económica de la Argentina**. Editorial El Ateneo. Buenos Aires, 2020.
- ESCUDE, Carlos. La transformación de las ecuaciones del realismo periférico en el siglo XXI. **Postdata**, n. 12, p. 221-226, Agosto 2007.
- ESCUDE, Carlos. **Realismo Periférico: una experiencia argentina de construcción de teoría, 1986-1997**. In: Simposio "Teorías e conceitos em relações internacionais: Enfoques Nacionais e Regionais", organizado pela Universidade de Brasília e Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI). Brasília, 2008.
- ESCUDE, Carlos. Realismo Periférico: una experiencia argentina de construcción de teoría (1986-1997). Simposio "Teorías e conceitos em relações internacionais: Enfoques Nacionais e Regionais", Universidade de Brasília y el Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI). Brasília. 2008.
- FFRENCH DAVIS, Ricardo. Macroeconomía para el desarrollo: desde el "financierismo" al "productivismo". **Revista de la CEPAL**, Número 13, p. 7-28. Dezembro. 2010.
- GHIO, José. EMENCHEDY, Sebastián. "Fugindo do perigo": a política de reforma administrativa na Argentina de Menem. **Revista do Serviço Público**, [S. l.], v. 49, n. 2, p. 33-55, 2014. DOI: 10.21874/rsp.v49i2.365. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/365>. Acesso em: 11 dez. 2022.
- GONZÁLEZ, Gustavo. O processo de privatização na Argentina. **Revista Conjuntura Econômica**, v. 47, n. 3, p. 73-76, 1993.

La Argentina y el mundo frente al Bicentenario de la Revolución de Mayo.

SIMONOFF, Alejandro (Org.) Editorial de la Universidad Nacional de La Plata (EDULP), 2010. ISBN: 978-950-34-0638-0.

LÓPEZ, Mayra. Problemáticas internacionales y mundiales desde el pensamiento latinoamericano. Teorías, Escuelas, Conceptos, Doctrinas, Figuras de Eduardo Deves, Silvia T. Alvarez (editores). **Revista de Relaciones Internacionales de la UNAM**, n. 140, 2021.

VIANINI, Fernando. A indústria argentina sob o regime neoliberal de Meném e a influência do Banco Mundial e do FMI. **Faces de Clio**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 70–87, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/facesdeclio/article/view/26416>. Acesso em: 11 dez. 2022.

NOEJOVICH, Hector. O consenso de Washington: antes e depois. O caso da Argentina e Peru no período de 1990 a 1008. **Contabilidad y Negocios**, v. 5, n. 9, p. 85-94, 9 mar. 2010.

PAULA, Germano. Competitividade e privatização da siderurgia argentina. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 24, n. 4, p. 229-256, 1997.

PÉREZ, Raquel. **A economia argentina no final do século XX : crise, aural e plano de conversibilidade**. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) Instituto de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis. Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2015.

RANGEL, Rubí; GARMENDIA, Ernesto. El Consenso de Washington: la instauración de las políticas neoliberales en América Latina. **Polít. cult.**, México , n. 37, p. 35-64, janeiro, 2012 . Disponível em <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0188-77422012000100003&lng=es&nrm=iso>. accedido en 11 dic. 2022.

SALVIA, Ana. et al. Reformas laborales y precarización del trabajo asalariado (Argentina 1990-2000). Equipo Cambio Estructural y Desigualdad Social. **Cuadernos del CEPED**, Buenos Aires, Argentina, nº. 4, 2000. Disponível em: <https://www.aacademica.org/agustin.salvia/218.pdf>

SOIBELZON, Maria. CRILCHUK, Guido. El neoliberalismo y el realismo periférico (1989-1999). In: SIMONOFF, Alejandro César. **La Argentina y el mundo frente al Bicentenario de la Revolución de Mayo**. Editorial de la Universidad Nacional de La Plata (EDULP), 2010. p.359-385.

SILVA, Roberta. A Argentina entre as reformas neoliberais e a redefinição das negociações com o FMI (1989-2007). **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 17, n. 33, p. 13-37, jun. 2009.

TELLA, Torcuato. **História social da Argentina contemporânea**. 2a ed revisada ed. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2017.

ZURITA, Maria. La política exterior de Alfonsín (1983-1989). **La Argentina y el mundo frente al Bicentenario de la Revolución de Mayo**. SIMONOFF, Alejandro (Org.) Editorial de la Universidad Nacional de La Plata (EDULP), 2010. ISBN: 978-950-34-0638-0. p. 333-358.